

Raio X do Investidor: mulheres planejam investir mais em 2025

Oitava edição do Raio X do Investidor Brasileiro aponta que 8% do público feminino alocou recursos em produtos financeiros durante 2024, ante 14% dos homens

Menos de 10% das mulheres brasileiras (cerca de 6,5 milhões) fizeram **investimentos** em 2024. É o que mostra a oitava edição do **Raio X do Investidor Brasileiro**, pesquisa que realizamos em parceria com o **Datafolha**. Entre o público masculino, a proporção foi um pouco mais alta: 14% dos homens (aproximadamente 10,7 milhões) aplicaram seus recursos em **produtos financeiros**, mantendo a tendência verificada nos últimos anos. Para 2025, entretanto, a perspectiva é que mais mulheres possam ser consideradas **investidoras**, já que metade daquelas que não alocaram recursos no mercado financeiro em 2024 expressaram a intenção de começar neste ano, em busca, principalmente, de **segurança financeira** (47%) e **aumento do poder de consumo** (35%).

"A proporção de mulheres investidoras tem crescido ao longo das últimas edições do Raio X. A democratização da conversa sobre dinheiro nas mídias sociais e um esforço grande de desmistificar as finanças explicam parte deste movimento. Ainda assim, a parcela do público feminino que investe é bem inferior a do masculino, o que mostra que temos ainda um caminho longo a percorrer para promover a maior participação das mulheres em várias dimensões do mundo das finanças", diz Marcelo Billi, nosso superintendente de Sustentabilidade, Inovação e Educação.

Entre as mulheres que não investiram em 2024, o principal motivo apontado foi a falta de condições financeiras (83%). Apenas 5% indicaram não ter interesse e outras 5% citaram não ter conhecimento ou informações suficientes para usar os produtos de investimento. Situação similar entre os homens, com 78% deles justificando a atitude pela falta de condições financeiras.

Segurança também é atribuída pelas atuais investidoras como principal vantagem em aplicar o dinheiro nos produtos financeiros

Cerca de 33% das mulheres brasileiras (27 milhões) são investidoras, considerando aquelas que alocaram recursos em 2024 e as que mantêm ativas aplicações feitas em anos anteriores. Entre os homens, usando os mesmos critérios, 41% são investidores (31,2 milhões de indivíduos). A segurança é a vantagem mais apontada por ambos os gêneros para investir, principalmente entre elas (44%) – e, como já citado, a segurança também é o motivador das mulheres que pretendem começar a investir em 2025. A possibilidade de obter retorno com a aplicação do dinheiro é o segundo maior benefício indicado, com 28% das respostas femininas.

"A independência financeira está muito associada à sensação de segurança que os investimentos podem proporcionar. Embora seja um fator priorizado por todas as pessoas, a tranquilidade em ter uma reserva de recursos é mais valorizada pelas mulheres em todas as edições do Raio X", explica Billi.

Mulheres buscam a interação pessoal para decidirem sobre investimentos

As mulheres investidoras preferem falar pessoalmente com gerentes ou especialistas de instituições financeiras para decidirem sobre seus investimentos: é a escolha de 30% das entrevistadas, contra 22% dos homens. O aconselhamento com amigos e parentes vem na sequência, com 19%.

Caderneta de poupança perde espaço, mas ainda é a principal escolha das investidoras

Embora seja o produto financeiro mais usado pela população brasileira, a adesão à caderneta de poupança recuou dois pontos percentuais entre o público feminino em 2024 (de 26%, em 2023, para 24%). Os títulos privados continuaram em segundo lugar na escolha das mulheres investidoras, com leve crescimento de 4%, em 2023, para 5% em 2024. Fundos de investimento (3%), imóveis (2%), moedas digitais/criptoativos (2%) e planos de previdência privada (2%) apareceram na sequência. Já produtos como ações, títulos do Tesouro Direto e moedas

estrangeiras ficaram todos no patamar de 1% em 2024.

Sobre o Raio X do Investidor Brasileiro

Esta é a oitava edição da pesquisa Raio X do Investidor Brasileiro, pesquisa anual que realizamos em parceria com o Datafolha. As entrevistas aconteceram entre os dias 4 e 22 de novembro de 2024, com abordagem pessoal e aplicação de questionário estruturado em tablet, com 5.846 pessoas das classes A/B, C e D/E, de 16 anos ou mais, nas cinco regiões do país. A margem de erro da pesquisa é de um ponto percentual, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

Grupo Macroeconômico revisa projeção da Selic para 15% em 2025

A expectativa é que Copom aumente taxa de juros para 14,25% ao ano na reunião desta semana

O nosso **Grupo Consultivo Macroeconômico** projeta que a **Selic terminará 2025 em 15%**, ante perspectiva anterior de 15,25% ao ano. Na avaliação dos economistas, o **Copom** (Comitê de Política Monetária) vai aumentar a **taxa básica de juros** em um ponto percentual nesta semana, para 14,25%, e promover mais duas altas de 0,50 ponto nas reuniões de maio e de junho. A expectativa é que esse patamar permaneça estável até novembro, quando deve cair 0,25 ponto percentual.

Os economistas mantêm a previsão de 5,6% para a **inflação, medida pelo IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acima do centro da meta, de 3%.

“O PIB [Produto Interno Bruto] do primeiro trimestre deve ter uma forte expansão e desacelerar gradualmente ao longo do ano, abrindo espaço para cortes de juros a partir da reunião de novembro”, avalia **Fernando Honorato, coordenador do nosso Grupo Consultivo Macroeconômico**.

As projeções para o **PIB** passaram de 1,96% para 1,92% em 2025, com crescimento menor a partir do terceiro trimestre. A estimativa para o **dólar** também foi revisada, passando de R\$ 6,10 para R\$ 6 até o final do ano.

Na análise da política fiscal, os economistas avaliam que a **dívida bruta do setor público** chegará a 80,31% do PIB, em 2025, ante a projeção anterior de 81%. Já a estimativa para o déficit primário neste ano foi revisada de 0,63% para 0,66% do PIB.

Todas as análises do Grupo Consultivo Macroeconômico da ANBIMA sobre as projeções estarão em breve no Relatório Macroeconômico.

Sobre o Grupo Consultivo Macroeconômico

O Grupo Consultivo Macroeconômico é composto por 26 economistas de instituições associadas à ANBIMA. Eles se reúnem a cada 45 dias, em média, sempre na semana que antecede a reunião do Copom, para analisar a conjuntura econômica e traçar cenários para os mercados brasileiro e internacional.

Resposta ao BC sugere adaptações no reporte das operações interbancárias de câmbio

Contribuição da ANBIMA busca facilitar a implementação das novas regras às instituições

Na última sexta-feira (14), respondemos a consulta pública do Banco Central sobre alterações na **Resolução 277**, que trata do mercado de **câmbio**. O edital busca simplificar as **operações interbancárias** e prevê mais flexibilidade na formalização e no limite de tempo dessas

negociações. Nossas sugestões focaram em reduzir o impacto operacional das novas regras para as instituições, garantindo um bom funcionamento do mercado durante o período de adaptação.

A principal proposta da ANBIMA está relacionada ao reporte da operação. As instituições deverão manter evidências do consentimento da operação. Para operações bilaterais, sugerimos que a norma deixe claro que registros de operações no sistema do BC serão aceitos como comprovantes.

Ainda nos casos de operações realizadas sem a intermediação de terceiros, pedimos que seja mantido o tempo máximo para o lançamento e a confirmação da operação. Hoje, a instituição compradora tem 30 minutos para lançar a operação no sistema do Banco Central e a parte vendedora tem 30 minutos para confirmá-la. Esse limite foi excluído do texto na proposta do edital, o que poderia afetar a agilidade da visibilidade de potenciais inconsistências impactar a supervisão e a transparência do setor.

Outra manifestação é referente à implementação das mudanças. Foi solicitado período de adaptação de 18 meses e mudança do prazo de entrada em vigor de 1º de junho de 2026 para 1º de fevereiro de 2027.

O que está mudando?

Atualmente, todas as operações interbancárias de câmbio devem ser validadas pelo BC antes da conclusão do negócio, mesmo quando intermediadas por câmaras ou prestador de serviço de compensação e de liquidação (entidades que gerenciam essas transações). Com a nova regra, as negociações poderão ser realizadas sem necessidade de passar pelo sistema do BC.

[Confira a resposta da ANBIMA na íntegra.](#)

Fonte: [Anbima](#), em 17.03.2025.